

# XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018  
Universidade Regional do Cariri

## A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACERCA DO ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DO ENSINO MÉDIO.

Vivianne Souza Santos<sup>1</sup>, José Ramon Tavares Sampaio<sup>2</sup>, Ana Elisa Linhares de Meneses Braga<sup>3</sup>

**Resumo:** O projeto de extensão “acesso à justiça” realizou no ano de 2018 uma atividade que incluía aulas específicas com os estudantes do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri e aplicação dos temas estudados na Instituição de ensino com a apresentação de palestras em algumas turmas de ensino médio, especificamente nos colégios: EEFM Estado da Bahia e EEFM José Alves de Figueiredo, nesse sentido o projeto teve a função de externar para a sociedade o quão é importante o conhecimento acerca do acesso à justiça. O foco principal das palestras foi no âmbito constitucional do direito, buscando o envolvimento de jovens do ensino médio para que possam ampliar e exercer a sua cidadania por meio dessa experiência proporcionada pelo projeto de extensão foi possível observar o quão escasso é o conhecimento dos alunos quanto ao acesso à justiça, para muito foi o primeiro contato com o tema e conclui-se que o acesso à justiça está muito longe do que se espera na nossa Constituição Federal. Nesse sentido propõe-se por meio deste resumo desenvolver um trabalho de pesquisa bibliográfica e quantitativa a respeito do nível de conhecimento dos jovens de 16 a 19 anos, estudante regulares do ensino médio e o quanto é investido no conhecimento na área jurídica. O maior objetivo da pesquisa é entender a falha educacional no campo da educação cidadã e tentar encontrar meios alternativos e didáticos de chamar atenção dos jovens para esse tipo de conhecimento da seara jurídica. Através de um olhar valorativo de justiça, o acesso a ela não se reduz ao acesso ao judiciário e suas instituições, mas também a um âmbito de valores e direitos fundamentais para o homem, não restritos ao sistema jurídico. Os obstáculos ao acesso à Justiça não devem ser estudados nos limites dos órgãos judiciais atuais. Não se trata apenas de proporcionar acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa. Observando que a busca pelo efetivo acesso aos Direitos Humanos excede demasiadamente o âmbito jurídico. Havendo através de ações em conjunto norteadas pela pluralidade e discussão, poder-se-á superar os desafios do uso pleno da cidadania na atualidade.

**Palavras-chave:** Justiça. Inclusão. Cidadania. Educação.

---

<sup>1</sup> Universidade Regional do Cariri, email: vivianne.souza@yahoo.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Cariri, email: ramon.sampaio@ymail.com

<sup>3</sup>Graduada pela Universidade Regional do Cariri - Urca, Mestre em Direito Público com área de concentração em Direito Constitucional pela UFC. email: ana.elisa@urca.br